Revista Espacios – ISSN-L: 0798-1015 • eISSN: 2739-0071 –**Vol. 47 (05) 2026**
elocation-id e15

https://doi.org/10.48082/espacios-a26v47n05-e15

ARTÍCULO DE REVISIÓN SISTEMÁTICA

A educação no contexto empresarial

Education in the Business Context

Raimunda Áurea Dias de SOUSA[1]
Crislaine Silva XAVIER[2]
Francielma de Souza GOMES[3]

[1]Universidade de Pernambuco, Brasil, aurea.souza@upe.br, https://orcid.org/0000-0002-4646-4500
[2]Universidade de Pernambuco, Brasil, crislaine.xavier@upe.br, https://orcid.org/0009-0009-4569-9963
[3]Universidade de Pernambuco, Brasil, francielma.gomes@upe.br, https://orcid.org/0000-0002-2526-9917

RESUMO

A inserção do Banco Mundial na área da educação iniciou-se na década de 1960, concedendo auxílios financeiros a países em desenvolvimento, e permanece até os dias atuais. O artigo objetiva entender como organismos internacionais se inserem na ação pedagógica voltada à produção de conhecimento para o mercado. Os caminhos metodológicos partiram de referências bibliográficas até a análise crítica dos documentos. Como resultado, percebeu-se a influência empresarial na escola, cujo intuito é ampliar as grandes corporações ligadas ao setor educacional.

Palavras-chave: mercado, empresa, educação, conhecimento, capital.

ABSTRACT

The World Bank's involvement in education began in the 1960s, granting financial aid to developing countries and continues to this day. In this sense, this article aims to understand how international organizations are involved in pedagogical action to produce market-oriented knowledge. Thus, the methodological approach ranged from bibliographic references to a critical analysis of the documents. As a result, the influence of business within the school was observed aimed at the expansion of major corporations linked to the education sector.

Keywords: market, company, education, knowledge, capital

Recibido: 01/08/2026
Aprobado: 10/09/2026
Publicado: 30/09/2026

1. INTRODUÇÃO

A globalização tem procurado afetar diversas instâncias da sociedade como o consumo, saúde, hábitos culturais e não tem sido diferente com a educação escolar e não escolar, especialmente, com o avanço contínuo do sistema capitalista e sua centralidade que é o lucro a partir dos anos de 1960 e ampliada no ano de 1970 com o neoliberalismo, que consiste em trabalhar a favor do mercado e do grande capital internacional.

> O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (Harvey, 2008, p.12).

Nesse período de expansão do sistema globalizado, o Banco Mundial (BM) originado em 1944 nos Estados Unidos da América (EUA), na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, também chamada de Bretton Woods, cria nos anos de 1960 uma pasta para educação e, passa a contratar profissionais ligados a ela para fazerem parte da mesma (Pronko, 2015). Conforme o autor, na década seguinte balizaram o desenvolvimento dos primeiros documentos específicos para a área de educação e a progressiva consolidação do BM como uma agência importante para a orientação de políticas educacionais nos países em desenvolvimento.

Vale mencionar que, a assistência financeira do BM como expõe Fonseca (2002), no campo da educação, foi definida considerando em destaque duas políticas essenciais: **1)** interação dos objetivos da educação à política econômica, no que diz respeito se direcionar ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho; **2)** oferta de uma quantidade determinada de instrução escolar para amenizar a pobreza, principalmente nas áreas que mais sofrem com os impactos econômicos.

Com discurso de combate à pobreza conforme Política 2, nos anos de 1970, procurou-se popularizar o ensino - com a intenção de diminuir as responsabilidades financeiras dos Estados -, e encaminhar a população mais pobre rapidamente em direção ao mercado de trabalho demonstrando a articulação entre o Banco e Estado.

Nessa concepção do sistema do capital atrelado ao banco, a escola só tem sentido com base no serviço que deve prestar a empresa, portanto, a competividade passou a ser indispensável nos sistemas educacionais. Assim, de acordo com Laval (2019) uma dupla transformação tende a redefinir a articulação entre a economia em um sentido radicalmente utilitarista: **a)** de um lado, a forte concorrência dentro de um espaço econômico globalizado; **b)** de outro, o papel cada vez mais determinante da qualificação e do conhecimento na concepção, na produção e venda de bens e serviços.

Na análise do autor, o controle direto e mais estrito da formação profissional e profissionalizante é um dos grandes objetivos dos meios econômicos. Desse modo, não é só eficiência e inovação, mas, sobretudo, fornecer um mercado promissor às empresas.

Seguindo esse raciocínio, as empresas têm tido um olhar para o público do Ensino Médio, uma vez que é dessa etapa que sairá grande parte do capital humano que nada mais é do que o acúmulo de conhecimento necessário para atender às exigências do mercado. Como destaca Mészáros (2008, p. 15):

> A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: "fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes". Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna

possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.

Nesse sentido, a escola só teria sentido para atender a uma demanda do mercado (empresas e economia), por visualizar esse espaço como um bem privado que produz trabalhadoràs empresas. Seguindo o modelo citado, o conhecimento que é criado no interior da instituição, tem papel de "ferramenta" para ser utilizada como força de trabalho no mercado.

Ainda em 1970, a atuação do BM na educação pública de acordo com Pronko (2015), permaneceu centrada no Ensino Médio, Técnico e Superior, vinculados de forma direta aos processos nacionais de modernização, para ser inserido enquanto força de trabalho na infraestrutura urbana, nos sistemas de informação e comunicação. Por isso, uma escola como espaço imediato de formação para atuar no mercado de trabalho.

Dentro da década mencionada, outras organizações internacionais começaram a ganhar destaque no contexto da educação enquanto combate à pobreza, como: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), por desígnio de alguns países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como por exemplo: Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, que caminhavam no mesmo discurso do banco - atender a demandas sociais direcionadas às classes desfavorecidas.

As organizações internacionais citadas atuam com uma argumentação que a política de combate à pobreza perpassa pela educação e é por ela que ocorre o desenvolvimento socioeconômico. Desse modo, colabora para a formação dos estudantes somente como mão de obra e cujo intuito é atender às necessidades do mercado, o que distancia da proposta da escola na contribuição de um ser humano crítico-ativo.

Seguindo esse mesmo raciocínio de investimento na educação por parte do Banco e dos organismos internacionais centrado apenas na formação de estudantes/trabalhadores para atender a necessidade do mercado em expansão é que chega ao Brasil em plena ditadura militar o neoliberalismo tendo sua consolidação em 1990 nas políticas educacionais, a partir da Conferência Mundial de "Educação para Todos" (1990), realizada em Jomtien (Tailândia).

Desse modo, a ênfase nos resultados "pela mimese da produtividade empresarial, [...] ampliou o domínio dos resultados sobre o processo, reduzindo o trabalho educativo ao produto. [...] E a subsunção da educação ao capital" (Catini, 2019, p.35). O trabalho escolar com foco nos resultados, por imitação ao funcionamento da empresa, acaba por centralizar suas ações na busca de metas, deslocando o interesse do processo educativo, para os resultados finais, evidenciando a subordinação da educação ao capital.

Vale mencionar também, a presença cada vez mais significativa de instituições originadas no setor empresarial, como a Fundação Lemann, o Instituto Natura, o Itaú Social.

Nessa caminhada e com o discurso de colaboração para a melhoria da qualidade da educação pública, para assim, poder intervir nos programas educacionais criados pelo Governo Federal, via conselhos, ministérios e secretarias e, dessa forma atuarem com seus ideais empresarias, para instituir suas atividades na escola, estabelecendo uma relação de mercado. Ao exigirem resultados de aprendizagem sem garantir, escolas públicas adequadas e boas condições de trabalho para os educadores, essas instituições acabam por se posicionar contra o verdadeiro desenvolvimento educacional, uma vez que exigem desempenho, mas nunca desafiam os interesses dos empresários que as financiam, perpetuando a submissão da educação aos objetivos do mercado (Cara, 2019).

Desse modo, a inserção de competências e habilidades enfatizam o caráter produtivo no interior das escolas. A primeira, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio da Bahia (DCNEM, 2018) é definida como mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, exercício da cidadania e mundo do trabalho; enquanto a segunda, são conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados.

Já em relação à reforma educacional, Pronko (2015) menciona que as competências foram criadas no contexto educacional no departamento de educação do BM, pois segundo o Banco há um distanciamento entre o que se trabalha na sala de aula, e os conhecimentos e competências necessárias para que o ser humano possa vir a colaborar para o desenvolvimento econômico do país.

Assim, o discurso que qualifica e promove a necessidade de desenvolver competências e habilidades revela uma mudança significativa na educação. O foco exclusivo na formação de competências como "aprender a aprender" e "competência para fazer" esvazia a função crítica e emancipadora da educação, tornando-a uma ferramenta de adaptação ao sistema. Dessa maneira "a principal missão da escola é dotar os futuros trabalhadores de aptidões que possam ser transportadas para contextos profissionais" (Laval, 2019, p.81).

1.1. Contextualização do problema

Diante do quantitativo de empresas e financiamento para as grandes coorporações atuarem no setor da educação, a pesquisa tem como pergunta norteadora: por que há necessidade e interesse da inserção do Banco Mundial na escola e nos processos pedagógicos?

1.2. Objetivo da pesquisa

Analisar o papel do Banco e de organismos internacionais ao se inseriem na ação pedagógica para produção do conhecimento voltado atender ao mercado.

2. METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos ocorreram mediante uma pesquisa bibliográfica sitemática tendo como natureza os dados disponíveis. Assim, as revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras. (Sampaio e Mancini, 2007).

Na presente pesquisa, foi realizada uma análise sobre a influência do Banco Mundial e outros Organismos Internacionais no contexto educacional e as consequências na garantia da totalidade da educação que possa contribuir para leitura de mundo. Para isso, efetuou-se uma busca em livros físicos (sendo alguns adquiridos pela compra) como é o caso de: Cara(2019); Laval (2019); Frigotto (2023) e sites de periódicos eletrônico com alto fator de impacto Índice h5 *Google Academico* a partir dos anos de 2018 (ano em que marca as reformas no Ensino Médio no Brasil) até a presente data.

Considerou-se também, uma nálise documental mediante normativa como Lei nº 13.415/2017; LDB 9. 394/96; BNCC (2018); Portaria nº 2.116/2019; Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 55/2016.

2.1. Problema do projeto de pesquisa

Na área de educação, a análise qualitativa, de acordo com Minayo (2007, p. 21), é utilizada em pesquisas que têm como objetivo principal elucidar a lógica que permeia a prática social que efetivamente ocorre na realidade, "[...] pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes". Em outras palavras, a pesquisa qualitativa permite a compreensão de múltiplos aspectos da realidade, viabilizando a avaliação e assimilação da dinâmica interna de processos envolvidos.

Conforme autora, o objetivo da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzida em números e indicadores quantitativos. Por isso, não existe um continuum entre abordagens quantitativas e qualitativas.

2.2. Procedimento

A busca, foi efetivada mediante acesso a livros físicos e periódicos indexados ao *Google Acadêmico* com Índice h5 a partir de 12. Utilizou-se o cruzamento entre os descritores: Mercado e educação; plataformas educacionais; Banco Mundial na educação; a fim de aumentar a possibilidade de recuperação de textos, considerando que a temática aqui escolhida é fora do consenso no que tange a análise crítica e apresenta poucas produções contrariando a lógica mercadológica. Os resumos e os títulos foram lidos, e, como critérios de inclusão dos artigos para esta pesquisa, foi estabelecido que seriam analisados aqueles que: 1) se encaixam na temática da educação como mercado a partir de uma criticidade; 2) são escritos em língua portuguesa. No entanto, após a leitura na íntegra dos artigos e textos do livros selecionados, foram aplicados os seguintes critérios de exclusão: 1) estudos que não atendem aos critérios de inclusão; 2) pesquisas com link corrompido; 3) artigos repetido.

3. RESULTADOS

A pesquisa inicial recuperou 10 artigos com o descritor "mercado e educação", 12 artigos com o termo "plataformas educacionais"; "Banco Mundial na educação" 12 artigos, totalizando 34 artigos. Após a leitura dos resumos e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram para a análise qualitativa 05 artigos provenientes dos primeiros descritores combinados, 03 trabalho dos segundos descritores e 03 artigos dos últimos descritores. Ainda, foram selecionados 05 livros fundamentais sobre o conteúdo. No total, foram selecionados e analisados 11 artigos, sendo escritos em língua portuguesa. A Tabela 1, a seguir, apresenta a quantidade de arquivos selecionados com base nos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos.

Tabela 1 – Descritores, total de arquivos recuperados e selecionados após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão

Descritores	Arquivos recuperados	Controle de inclusão aplicados	Critérios de exclusão aplicados
Mercado e educação	10	05	05
Plataformas educacionais	12	03	09
Banco Mundial na educação	12	03	09

Elaboraração: Autoras, 2025

A partir da leitura integral de todos os textos e artigos, para melhor compreensão dos achados, as informações principais dos trabalhos encontrados estão organizadas no Tabela 2, tais como: o título do trabalho, nome dos autores, ano de publicação.

Tabela 2: Livros/ Autores

Autor(a)	Livro
Frigotto, G (2023)	O Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica
Caldart, R. S. (2023)	Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade.
Antunes, R. (2023)	Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais
Laval, C. (2019)	A escola não é uma empresa: neoliberalismo em ataque ao ensino público
Cara, D. (2019)	Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar

Elaboraração: Autoras, 2025

Os livros apresentados, contemplam os três descritores com abordagem fora do consenso que elucida uma educação com viés produtivo, preparação de força do trabalho para o mercado, distanciando de sua função social que é possibilitar um ensino-aprendizagem com leitura de mundo.

Tabela 3: Descritor/Artigo

Citação do artigo	País	Base de Dados	Variáveis avaliadas	Resultados principais relacionados à pergunta de pesquisa
Mormul, Girotto & Soares (2018)	Brasil	Google Acadêmico	Reformas educacionais; pautas do Banco Mundial	Desmonte da educação pública para abertura às grandes corporações ligadas à educação
Hermida & Orso (2020)	Brasil	Google Acadêmico	Avanço da extrema direita; pautas ultraliberais	Controle de docentes e discentes dentro das escolas
Mello, Santos & Pereira (2022)	Brasil	Google Acadêmico	Nova Gestão Pública (NGP); controle do trabalho docente	Instituições de ensino reorganizadas nos moldes de grandes empresas
Piolli & Sala (2020)	Brasil	Google Acadêmico	Formação técnica e profissional; interesses do capital	Reforma do Ensino Médio como resposta à crise do capital
Fornari & Deitos (2021)	Brasil	Google Acadêmico	Financiamento externo; condicionalidades do BIRD/BM	Lógica de produtividade e avaliações imposta independente da realidade das escolas
Silva, Krawczyk & Calçada (2023)	Brasil	Google Acadêmico	Itinerários formativos; desregulamentação	Incorporação do setor privado no serviço público

Elaboraração: Autoras, 2025

Ao apresentar um Quadro com exemplos dos artigos em periódicos selecionados, foi possível evidenciar que todos eles mesmo enfatizando mais um descritor que outro, perpassam entre os três, o que permitiu uma análise sem fragmento, mas a partir da totalidade quando se tem como ponto de partida as contradições centradas na influência do Banco no contexto educacional, especialmente nos países em desenvolvimento.

Ao que se refere ao descritor "mercado e educação" os autores selecionados, mais precisamente, os que foram exemplificados como Mormu; Girotto; Soares (2018) destacam que as reformas educacionais ocorridas no Brasil seguem as pautas do Banco Mundial cujo sentido é desmontar a educação pública para abertura das grandes coorporações ligadas a educação. Do mesmo modo, Hermida e Orso (2020) elucidam que há um avanço da extrema direita com pautas ultraliberais adentrando as escolas para controle dos docentes e discentes.

Relativo às "plataformas educacionais" Mello; Santos; Pereira (2022) ilustram que, com a justificativa de superar o modelo burocrático de administração, o Estado brasileiro adotou mecanismos gerenciais na gestão das políticas, introduzindo uma nova forma de regulação, a Nova Gestão Pública – NGP, que surge como estratégia para conformar a hegemonia do neoliberalismo na gestão pública e assim ter o controle das Instituições de Ensino, transformando esses espaços em grandes empresas. Para Piolli e Sala (2020), o projeto de educação em curso, formaliza e materializa interesses próprios: os interesses do capital no momento de sua crise, portanto, não é casual.

A respeito do "Banco Mundial na educação", Fornari e Deitos (2021) apontam que a política de financiamento externo para a implementação da Reforma do Ensino Médio no Brasil no Governo de Michel Temer (2016), e as condicionalidades expressas no contrato de empréstimo do Ministério da Educação com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)/Banco Mundial (BM) seguiam o curso da produtividade a partir de uma lógica por resultados e avaliações, independe da realidade das Unidades Escolares. De acordo com Silva; Krawczyk; Calçada (2023), as reformas educacionais se caracterizam por uma forte desregulamentação, novas formas de controle e por uma significativa incorporação do setor privado no serviço público. Resulta, também, numa concepção restrita de trabalho e em um projeto educacional para a juventude, dimensões que sem dúvida dialogam entre si, de tal forma que é difícil separar até com espírito didático.

Para melhor análise dos textos, considerou-se Lei nº 13.415/2017 (alteração na carga horária do ensino médio); LDB 9. 394/96; BNCC (2018) – documento norteador que enfatiza o setor produtivo na Educação Básica; Portaria nº 2.116/2019 (Diretrizes para fomento das Escolas de tempo integral); Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 55/2016 - Novo Regime Fiscal, conhecido como o Teto dos Gastos Públicos. Desse modo, reduz investimentos em Educação.

4. DISCUSSÃO

Mediante análise dos textos em livros, periódicos, normativas as evidências foram exibidas: a) Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 55 de 2016, a chamada "PEC do teto dos gastos públicos", que se transformou na Emenda Constitucional (EC) nº 95, dezembro/2016, que instituiu de acordo com Art. 106 (Brasil, 2016, p.1) "o Novo Regime Fiscal (NRF) no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e vigorará por vinte exercícios financeiros", resultando segundo Scaff et al (2018) no congelamento de gastos sociais no Brasil por vinte anos a contar a partir de 2017, representando um empecilho aos investimentos na Educação; b) criou-se instituições de ensino com ampla carga horária de 7 ou 9 horas, sem a previsão orçamentaria de manutenção delas, justamente, para que a educação fique cada vez mais sucateada; c) processo acelerado que se deu a aprovação da Reforma, sem a participação ativa da comunidade escolar e universidades, tem caráter intencional. O acordo de empréstimo firmado entre Brasil e o Banco Mundial, que pode ser conferido através do Diário Oficial da União (2018, p. 87), "foi destinado ao financiamento parcial do Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio, no valor de US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares)" para que a escola seguissem as regras do referido Banco; d) que a escola com carga horária ampliada, ou seja, a de tempo integral não funciona para o estudante trabalhador. Desse modo, como disponibiliza de outras modalidades, os (as) estudantes acabam fazendo a opção no que melhor insere à sua realidade.

Assim, as reformas na educação brasileira para que se volte para empresa é uma política centrada na cultura do fragmento e do imediato, na economia do mínimo e na responsabilidade transferida para uma instância abstrata e volátil que é o mercado. Desse modo, inclui-se na retórica triunfalista da modernização, da eficácia, da avaliação e da produtividade industrial que encontra seu limite na própria natureza do ato pedagógico (Laval, 2019).

5. CONCLUSÃO

As mudanças na educação construída sobre influência das Organizações Internacionais e empresarial, refletem interesses neoliberais e impactaram diretamente o Ensino Médio, promovendo não somente à redução dos conteúdos, mas também, contribuindo para que o(a) estudante não desenvolva sua criticidade e nem possa perceber a essência da sociedade, marcada pela desigualdade. Dessa maneira, o estudo desenvolvido foi relevante, para entender o que vem ocorrendo a partir das reformas educacionais ocorridas nos países em desenvolvimento, em especial, o Brasil.

Vale mencionar que, as grandes mudanças na educação, sobretudo, na escola pública, não obtiveram somente redução de carga horária, consequentemente, diminuição dos conteúdos, mas a dificuldade de apropriação do ensino-aprendizagem, em virtude do não cumprimento da função social da escola, influenciada por empresas, tanto na criação de livros didáticos e plataformas de formações de professores, como no desenvolvimento de competências necessárias para atendimento do mercado.

Nesse sentido, o destaque ao individualismo resulta na promoção da competição e na responsabilização pelo sucesso ou fracasso inteiramente sobre os próprios jovens, por meio do protagonismo juvenil, ignorando as barreiras estruturais do sistema capitalista que limitam suas escolhas e oportunidades, os obrigando de maneira solitária, a buscar melhoria de vida.

Ressalta-se que, considerando a função imprescindível do(a) professor(a) no processo de ensino-aprendizagem e o quanto a educação vem sendo impactada com as reformas do Ensino Médio, destaca-se a importância da teoria e, para isso é necessário que o(a) docente, crie estratégias que contribuam

na efetivação do ensino-aprendizagem, podendo ampliar sua criticidade saindo da aparência para análise do entendimento da essência da sociedade composta por diferentes classes e na utilização da escola para beneficiar os ricos.

Declaração de Ética, Transparência e Uso de Inteligência Artificial (IA)

Ética e transparência

Originalidade e plágio: Os autores declaram que o presente manuscrito é original, não foi publicado anteriormente e não se encontra em avaliação simultânea em outro periódico, tendo todas as fontes utilizadas devidamente referenciadas conforme as normas APA (7ª ed.).

Conflitos de interesse: As autoras declaram não haver conflitos de interesse, financeiros ou pessoais, que possam ter influenciado os resultados ou interpretações apresentados neste trabalho

Participação e crédito: Todas as autoras participaram da concepção, do desenvolvimento teórico-metodológico, da análise dos dados e da redação e revisão final do manuscrito, sendo responsáveis por seu conteúdo.

Dados e materiais: As fontes bibliográficas e documentais utilizadas nesta pesquisa são de acesso público e estão integralmente referenciadas na seção de Referências, podendo ser consultadas mediante solicitação às autoras.

Funções da IA:
Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas consultas pontuais a ferramentas de Inteligência Artificial com a finalidade exclusiva de esclarecer dúvidas e auxiliar na compreensão de conceitos, documentos, normas e procedimentos relacionados ao trabalho. A Inteligência Artificial não foi utilizada para a redação ou geração do manuscrito, elaboração dos argumentos, análise dos dados ou produção das conclusões.

Responsabilidade humana:
Todo o conteúdo apresentado no manuscrito foi elaborado, analisado e revisado pelos autores, que assumem integral responsabilidade pela seleção das fontes, interpretação das informações, argumentos, resultados e conclusões apresentados.

Edição final:
A redação, revisão e edição final do manuscrito foram realizadas pelos autores. As informações obtidas por meio de consultas à Inteligência Artificial, quando pertinentes, foram verificadas pelos autores em fontes acadêmicas, científicas e documentais.

REFERÊNCIAS

Antunes, R. (2023). Icebergs à deriva: O trabalho nas plataformas digitais. Boitempo.

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. https://www2.senado.leg.br/ br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf

Brasil. (2016). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

Brasil. (2017). Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm

Brasil. Senado Federal. (2018). Resolução nº 4, de 17 de abril de 2018. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 7. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/ressen/2018/resolucao-4-17-abril-2018-786573-publicacaooriginal-155373-pl.html

Caldart, R. S. (2023). Sobre as tarefas educativas da escola e a atualidade (1a ed.). Expressão Popular.

Cara, D. (2019). Contra a barbárie, o direito à educação. Em F. Cássio (Org.), Educação contra a barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Boitempo.

Catini, C. (2019). Educação e empreendedorismo. Em F. Cássio (Org.), Educação contra a barbárie: Por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Boitempo.

Fonseca, M. (2002). A experiência de cooperação entre o Brasil e o Banco Mundial: Redefinindo o papel da educação e do professor. Linhas Críticas, 7(12), 85–98. https://doi.org/10.26512/lc.v7i12.2888

Fornari, M., & Deitos, R. A. (2021). O Banco Mundial e a Reforma do Ensino Médio no governo Temer: Uma análise das orientações e do financiamento externo. Revista Trabalho Necessário, 19(39), 188–210. https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47181/29254

Frigotto, G. (2023). O Ensino Médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica

Harvey, D. (2008). O neoliberalismo: História e implicações. Loyola.

Hermida, J. F., & Orso, P. J. (2020). Políticas educacionais e o avanço da nova (ou extrema?) direita. Roteiro, 45, e24330.

Laval, C. (2019). A escola não é uma empresa: Neoliberalismo em ataque ao ensino público. Boitempo.

Mello, M. B., Santos, C. C. F., & Pereira, R. S. (2022). A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente. Retratos da Escola, 16(36), 899–916. https://doi.org/10.22420/rde.v16i36.1642

Mészáros, I. (2008). A educação para além do capital. Boitempo.

Minayo, M. C. de S. (Org.). (2007). Pesquisa social: Teoria, método e criatividade (26a ed.). Vozes.

Ministério da Educação. (2018). Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file

Ministério da Educação. (2019). Portaria nº 2.116, de 6 de dezembro de 2019. Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI). https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.116-de-6-dedezembro-de-2019-232132483

Mormul, N. M., Girotto, E. D., & Soares, M. O. (2018). Cortina de fumaça: Sujeitos ocultos e o desmonte da educação pública no Paraná e em São Paulo. Terra Livre, 1(50), 65–96. https://doi.org/10.62516/terra_livre.2018.1442

Piolli, E., & Sala, M. (2020). Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. Revista USP, (127), 69–86. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86

Pronko, M. (2015). O Banco Mundial no campo internacional da educação. Em J. M. M. Pereira & M. Pronko (Orgs.), A demolição de direitos: Um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista Brasileira de Fisioterapia, 11(1), 83–89. https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013

Scaff, E. A. S., Oliveira, M. S., & Lima, S. E. (2018). O planejamento educacional frente às fragilidades da democracia brasileira. ETD - Educação Temática Digital, 20(4), 905–923.

Silva, M. R. da, Krawczyk, N. R., & Calçada, G. E. C. (2023). Juventudes, novo ensino médio e itinerários formativos: O que propõem os currículos das redes estaduais. Educação e Pesquisa, 49, e271803.

Todos pela Educação. (2024). PNLD: O que é e como funciona o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnld-o-que-e-e-como-funciona-o-programa-nacional-do-livro/

UNESCO. (1990). Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Conferência Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien, Tailândia. https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990

Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons
Atribución-NoComercial 4.0 Internacional